

improp

SUPLEMENTO

19

INFORMATIVAS

associação dos estudantes da faculdade de ciências de lisboa 17/6/72

POLÍCIA EM CIÊNCIAS



TORRE
TOMBO

A pedido do Director-polícia Almeida Costa, um capitão e dois comissários à paisana* entram na Faculdade e dirigem-se para a secretaria. Estavam aí os estudantes concentrados para falar com o Director que se tinha fechado no seu gabinete. Quando finalmente resolvem sair foi na presença dos seus colegas polícias e para lhes ordenar que identificassem as pessoas presentes.

Que se tinha passado?

Quando os estudantes decidiram que queriam época de outubro, o CE após longas hesitações, decidiu-se a dizer que ia enviar ao MEN um parecer favorável à existência de um prolongamento da época de Julho, a realizar em Outubro.

A nota com esta decisão não foi tornada oficial. Desconhecia-se o seguimento que o parecer tinha tido. As dúvidas acerca das condições de realização dos exames levantavam-se. Nomeadamente o 2º ano de Engenharia encontrava-se numa situação especial em relação aos outros cursos ou anos e não sabia se estava abrangido pelo parecer.

As perguntas feitas aos catedráticos nada adiantaram. Estes frisavam sempre que o que diziam era a sua interpretação pessoal da decisão que tinham votado no CE. E essas interpretações, além de vagas, apresentavam pontos contraditórios.

Assim, o professor Jacobson afirmou que o prolongamento de Julho não englobava os estudantes do 2º de Engenharia e que por isso achava necessário um CE para se debruçar sobre o assunto. Entretanto para os outros, o prolongamento traduzia-se na possibilidade de fazer exames a que não tivessem ido em Julho. Mais tarde, justificou a não realização do CE pela não comparência do Director na faculdade à alguns dias.

O professor Pereira Gomes era de opinião que a decisão do CE abrangia todos os estudantes e portanto não havia necessidade de novo CE e desconhecia que tal se fosse realizar.

O professor Almaça disse que depois do parecer ter saído do CE nada mais sabia sobre o caminho que ele tinha tomado. Quanto ao prolongamento ele tinha o sentido que o professor Jacobson lhe havia dado -- não se podiam repetir exames a que se tivesse chumbado, mas poderiam fazer-se todos os outros.

O professor Gomes Ferreira apenas se pronunciou sobre a sua interpretação do parecer do CE: ela era idêntica à do professor Almaça.

As afirmações contraditórias e pouco esclarecedoras dos elementos do CE levantavam cada vez mais dúvidas sobre as condições em que poderíamos fazer exames.

Resolvemos então exigir que o director concretizasse essas condições e justificasse as posições tomadas pelo CE. Ele não apareceu na concentração que realizámos na 6ª feira, pelo que fomos até à secção de Matemática onde se encontrava o professor Dionísio. Surgiram logo as perguntas sobre as dúvidas que se nos punham:

-- Os exames de Outubro são um prolongamento dos de Julho?

-- Quantas cadeiras se podem fazer?

-- Qual a situação do 2º de Engenharia? Está ou não englobado nesta decisão do CE?

-- Porque é que o CE recusou a realização da época de outubro, tal como os estudantes a definiram?

-- O que aconteceu ao parecer após ter saído do CE?

A estas e outras perguntas o professor Dionísio respondeu monótonamente -- não sei --. Excepcionalmente, conseguiu dizer que, na sua opinião, interpretava o parecer do CE como podendo fazer-se em outubro, exames a que não se chumbasse em Julho. Disse ainda que lhe parecia que a razão do CE não ter aceite a época de Outubro, como recorrência de Julho era a existência de uma segunda época, para o 2º semestre, a realizar em Março do ano seguinte. Salientou que o CE não podia ultrapassar a Reforma e que esta era explícita no que dizia respeito às épocas de exame. Daí a necessidade de recorrer ao MEN para haver exames em Outubro.

Soubémos entretanto que o "prof" Almeida Costa, cuja presença na Faculdade não era, ultimamente, muito assídua, conforme disse o professor Jacobson, estava junto da secretaria.

A uma comissão que o contactou dizendo que os estudantes estavam na secção de matemática e queriam falar com ele respondeu indo para o seu gabinete.

Ao sabermos de tal, para lá nós dirigimos, mas encontrámos a porta da secretaria fechada. O Director mandou entretanto uma empregada dizer que receberia uma comissão de 3 alunos, mas esta após nos dar a informa-

ção fechou novamente a porta e não voltou a aparecer. Ficámos então à espera que o Director saísse para lhe exigir a resposta às questões que queríamos ver esclarecidas sobre a época de outubro.

A sua resposta foi como já dissémos : chamar os seus colegas fardados e tentar intimidar-nos através das identificações e de carrinhas de polícia à porta.

Que salta à vista de toda esta trapalhada?

O CE, por razões desconhecidas, não tornou público o parecer que diz ter enviado ao ministro. É um facto que nós nos poderíamos guiar pelas declarações prestadas por alguns catedráticos; mas como, se a seguir os mesmos logo afirmam que se trata apenas da sua interpretação pessoal daquilo que foi aprovado? Que diz efectivamente o parecer que faça com que os catedráticos dêem "interpretações pessoais" acerca dele? Ou será que os catedráticos e os professores extraordinários não sabem o que é que aprovam nas suas reuniões? Então votam propostas das quais não estão conscientes?

O caso do 2º ano de Engenharia é outro caso flagrante. Uns dizem que o 2º de Engenharia não está abrangido pelo parecer, o professor Pereira Gomes diz no entanto o contrário.

Suponhamos que o professor Pereira Gomes estava enganado e que afinal o 2º de Eng. não estava abrangido. Então, tal como disse o professor Jacobson, teria de haver novo CE que se debruçasse sobre o assunto. No entanto (e embora nos encontremos já bastante próximo de exames) tal CE não está marcado. Os professores dizem que não sabem se haverá ou não um CE para tratar do problema. Então quem é (e quando) resolve o problema desses estudantes? Será que eles têm que estar à espera que o "director" Almeida Costa (que é a única pessoa que pode convocar CEs) se lembre de vir à faculdade e se resolva marcar um novo CE?

E que dizer do facto dos professores não saberem nada acerca do parecer que dizem ter enviado ao MEN? Então os professores não sabem se já foi entregue, se o MEN já tratou ou não do assunto? Então quem nos poderá informar?

Poderão responder-nos: o Director. Mas como se o Director quando queremos esclarecer estas questões se fecha a sete chaves e chama a polícia para identificar (leia-se intimidar) os estudantes que querem ser esclarecidos. Disto tudo nós só poderemos ser levados a perguntar o seguinte: Se o parecer não aparece nem ninguém ao certo é capaz de dizer qual o seu conteúdo, se ninguém sabe se o ministro o recebeu e se se debruçou sobre ele, se o problema do 2º de Eng. ninguém sabe quando é resolvido, se o Director (que dizem ser a única pessoa capaz de esclarecer estas questões) não vem à faculdade e quando vem se esconde e manda chamar a polícia, perguntamos: mas afinal o tal parecer existe? Qual é de facto o seu conteúdo?

Os estudantes não se deixarão enrolar por estas manobras tendentes a desmobilizá-los e continuarão a sua luta pela época de outubro.

A ABOLIÇÃO DA EPOCA DE OUTUBRO

UM CASO DA APLICAÇÃO DA REFORMA


TORRE
TOMBO

O problema da época de outubro não está desligado das lutas dos estudantes de Ciências ao longo do ano.

Os problemas dos testes, a agudização das faltas e a não existência da época de outubro, mais não são do que questões derivadas da aplicação da Reforma.

Esta visa, sobretudo, aumentar o ritmo de trabalho através de um maior controle por meio de faltas e testes; a de um aumento do ritmo de matéria; da redução das possibilidades de passagem (época de outubro). Assim tenta o governo impedir os estudantes, por estarem muito atarefados com os empenhamentos e idas às aulas, de assumirem uma posição crítica face



TORRE
TOMBO

34

àquilo que lhes é ensinado.

Por outro lado, a Reforma não satisfaz de modo nenhum os interesses da população trabalhadora. Ela visa a formação de técnicos capazes de canalizarem mais lucros para os bolsos dos patrões.

A luta dos estudantes contra uma Reforma que não resolve os seus problemas e que é contra os interesses da população trabalhadora, encontra no governo uma forte reacção, na medida em que ele está deveras interessado em que a sua Reforma vá para a frente.

Não será de estranhar que o CE, que é o órgão encarregado de fazer cumprir a vontade do governo, reaja também fortemente às nossas lutas contra a Reforma tentando fazê-las parar. Disto foi elucidativa a resposta do professor Dionísio: está na Reforma! Está na lei! Muito pouco preocupados estão em ver a justeza das coisas, racionalmente! Muito mais preocupados estão em fazer cumprir a dita Reforma!

Neste momento da nossa luta pela época de outubro o CE, não possuindo argumentos (claro que tem medo de se desmascarar perante os estudantes, dizendo que apoia a abolição da época de outubro e o nosso embrutecimento, tudo isto em benefício da Reforma) ora tenta enganar-nos ora se fecha a sete chaves para de seguida utilizar o melhor argumento de peso: a polícia!

O CE continua a ser (neste ultimo aspecto) muito coerente!

Os estudantes de Ciências não se intimidarão e continuarão na resolução dos seus problemas, na luta pela época de outubro

* Estes eram os mesmos que o ano passado tentaram prender alguns estudantes de Ciências quando das distribuições à população, feitas à porta!

CONCENTRAÇÃO

AULA DO ALMEIDA COSTA

2ª FEIRA DIA 19 15 HORAS

ANFITEATRO DE MATEMÁTICA